



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

BRINCADEIRA QUE VIROU VERDADE: O RESGATE DA INFÂNCIA TRANSEXUAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Paulo Ribeiro dos Santos Sobrinho; Anete Abramowicz

*Universidade Federal de São Carlos
paulorsant@yahoo.com.br
anetabra@ufscar.br*

INTRODUÇÃO

A transexualidade se caracteriza quando o sexo biológico não coincide com a identidade de gênero do indivíduo. Assim, grande parte das pessoas transexuais passa por processos de intervenções de alto risco, cirurgias e hormonioterapia para mudanças corporais. Nesse contexto, ocorrem conflitos entre corpo, sexualidade e identidade de gênero. O discurso biomédico considera essa experiência uma patologia, classificando-a como um transtorno de identidade.

Desde 1993, na Classificação Internacional de Doenças (CID-10), as pessoas transexuais têm Transtorno de Identidade Sexual (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1993). Em 1994 o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM IV) substituiu o termo transexualismo por Transtorno de Identidade de Gênero. Bento e Pelúcio (2012) destacam que existe mais de 100 organizações e quatro redes internacionais na África, Ásia, Europa, América do Norte e do Sul engajadas na campanha pela retirada da transexualidade desses documentos.

Arán (2006) aponta que desde o século XIX, o discurso médico, fundamentado, sobretudo, na heteronormatividade e no binarismo de gênero, tem normatizado as condutas sexuais e as expressões de masculinidade/feminilidade em parâmetros de saúde/normalidade ou doença/anormalidade. A autora esclarece que há identidades de gênero que são consideradas falhas do desenvolvimento, ou impossibilidades lógicas, porque não se moldam às normas da inteligibilidade cultural vigente.

A heteronormatividade é uma construção político-social fundamentada na cultura que visa estabelecer seu governo por intermédio da assimetria complementar dos gêneros. Para Nádía Pino a heteronormatividade é o “[...] enquadramento de todas as relações – mesmo as supostamente inaceitáveis entre pessoas do mesmo sexo – em um binarismo de gênero que organiza suas práticas, atos e desejos a partir do modelo do casal heterossexual reprodutivo” (PINO, 2007, p. 160).

Assim, somos educados(as), homens e mulheres como seres que existem somente na coerência entre sexo-sexualidade-gênero. Naturalizando o que é socialmente construído, pois, os sujeitos e os papéis que desempenham o gênero e os significados sobre o sexo e a sexualidade são

(83)3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

invenções humanas. Naturalizar as categorias (menino/menina, homem/mulher, macho/fêmea, heterossexual/homossexual) é despotencializar a crítica feita à assimetria social, a subalternidade e a exclusão “legitimada” de alguns sujeitos (CAETANO; LIMA, 2012).

Repensando a categoria gênero, Butler (2003, p. 25) sugere que "o gênero pode ser considerado como um meio discursivo e cultural, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura" e “não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero” (BUTLER, 2003, p. 48).

Logo, o sistema heteronormativo se retroalimenta da lógica binária dos gêneros, dessa lógica nasce a necessidade de controlar ideologicamente as tecnologias pedagógicas da escola e mais amplamente da cultura. Assim, todos os dias somos ensinados como devemos avaliar, classificar e hierarquizar os sujeitos, produzindo, em último caso, relações assimétricas/discriminatórias, como a homofobia. Os sistemas educativos normativos legitimam “verdades” nos discursos e atravessam nossa subjetividade funcionando como princípios reguladores dos nossos comportamentos e opiniões sobre o mundo (CAETANO; LIMA, 2012). Nesse contexto heteronormativo, se deu a infância da maioria das transexuais, entendidas nesse estudo como:

[...] pessoas convencidas de que são do sexo oposto ao que indica sua genitália – sexo genético/anatômico. Soma-se a este fato a sensação de estranheza quanto ao corpo, o forte desejo de viver como membro do sexo oposto e a procura constante pela alteração de sua aparência corporal e sua genitália, em adequação ao sexo desejado (LOBATO et al., 2001, p. 383)¹.

As experiências infantis das/os transexuais se deram no bojo de brincadeiras, e o sentimento de pertença a outro sexo, como destaca Arán:

A narrativa característica de quase todos os casos que atendemos, se faz pela descrição de uma experiência de pertencimento ao sexo oposto, ou seja, - no caso de transexuais masculinos - de uma infância vivida como menina, brincadeiras consideradas “tipicamente femininas”, preferência por companhia de meninas, vestindo-se com roupas da mãe, assim por diante. Na adolescência, sofrimento intenso pela percepção de sua situação, fuga de casa, algumas pessoas relatam tentativas de suicídio, tentativas de esconder e em alguns casos extirpar o pênis, desespero, depressão, tratamento psiquiátrico (ARÁN, 2005, p.1).

¹ Vale ressaltar, que no Brasil, por questões de ordem técnica, somente é permitido pelo Conselho Federal de Medicina, o tratamento cirúrgico em transexuais masculinos.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Muitas relatam discriminação e violência no ambiente escolar e fora deste, como é o caso de Marina Reidel:

Uma infância sofrida, em que fui agredida na escola por colegas (meninos), que se diziam machos, e que, ao me apelidarem de *Suzi* ou *Barbie*, demonstravam claramente a rejeição e a homofobia. A agressão era constante e as apostas de quem bateria primeiro eram feitas constantemente. Além disso, as trocas de lugares na sala de aula, para fazer a aproximação e a agressão física, eram permitidas, pois, muitas vezes, os professores fingiam não ver ou não se envolviam (REIDEL, 2011, p.127).

Louro (1997) tem apresentado em diferentes pesquisas que a escola é um ambiente de intolerância e violência dirigida a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Esses estudos têm apresentado a fragilidade dos/as profissionais da educação para a abordagem educativa sobre a sexualidade nos espaços escolares. Em muitos casos, a escola apresenta-se como espaço de produção/reprodução da homofobia. Essas concepções são levadas para a fase adulta, formatando sujeitos que acreditam que a violência contra o “diferente” é legítima.

Embora não haja dados estatísticos oficiais sobre a evasão escolar dos grupos que compõe a diversidade sexual, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) aponta que o grupo que mais sofre discriminação na escola é o de transexuais e travestis, estimando que a evasão escolar se aproxime de 73% dessa população.

A infância de muitas transexuais foi marcada por preconceitos e violência, como relata Reidel:

Da minha infância também trago uma lembrança que me marcou por toda a vida, até hoje: o dia que um homem, conhecido da família, entrou em meu quarto e me violentou sexualmente. Ele me ameaçou dizendo que se eu falasse para alguém ele voltaria e que seria pior. Eu tinha apenas sete anos e me lembro disso como se fosse hoje (REIDEL, 2011, p.127).

A complexidade da questão da transexualidade na cultura contemporânea demanda não apenas a necessidade de uma constante reflexão sobre o tema, como também exige uma abertura e uma subversão nas formas tradicionais de compreensão das questões relativas a identidade, sexualidade e gênero.

A partir do exposto, buscamos discutir questões ligadas ao corpo e à identidade das pessoas transexuais, compreender como se deu as experiências infantis escolares desses indivíduos. Como ocorre a construção da resistência desses indivíduos nesse contexto. Compreender como ocorreu o processo educacional desses indivíduos, elucidando o espaço da transexualidade em nossa

(83)3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

sociedade. Intencionamos contribuir para que se repense as questões relacionadas ao gênero, à sexualidade e a homo e transfobia nos espaços escolares, com o enriquecimento de discussões que visam à construção da universalização da escola pública para todos/as independente da expressão das sexualidades.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica é uma perspectiva qualitativa, fundamentando-se no campo da investigação narrativa, entendida na perspectiva de Jorge Larrosa (2004) como uma prática social implicada na constituição dos sujeitos, pois é no processo de narrar/ouvir histórias que os sujeitos formam os sentidos de si e dos outros, nos contextos em que estão inseridos.

Para a coleta inicial dos dados utilizamos um grupo focal, composto por seis mulheres e dois homens transexuais e um travesti. Essa conversa foi filmada e se transformou em um vídeo de 39 minutos. As gravações do grupo focal serão transcritas e seus conteúdos agrupados em categorias de análise: infância, gênero, sexualidade, educação etc. Buscaremos identificar temas que evidenciem atitudes, opiniões e valores encontrados nos dados coletados referentes aos aspectos da transexualidade no período da infância, em contexto escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nossa coleta de dados inicial se deu com um grupo focal, composto por seis mulheres e dois homens transexuais e um travesti. Essa conversa foi filmada e se transformou em um vídeo de 39 minutos. Nosso intuito com esse grupo foi levantar informações com os/as transexuais sobre aspectos da infância vivida na escola e elementos que eles/elas gostariam que fossem abordados em nossa pesquisa, com o objetivo de falar **com** essas pessoas e não dessas pessoas.

Entre os relatos estão histórias de expulsão familiar, estupros, falta de inserção no mercado de trabalho e prostituição como ferramenta para a sobrevivência. Quanto à escola as experiências são variadas, na escola particular e na escola pública as vivências são distintas, sendo a escola pública considerada a mais excludente. Na maioria das narrativas a escola não aceita, não acolhe os/as transexuais, o preconceito, a discriminação e a rejeição são elementos constantes nessas trajetórias.

Uma das participantes da pesquisa relatou vivências de racismo e preconceito. O nome social, o documento de identidade e o uso dos banheiros foi tema comum entre os/as transexuais.

(83)3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Um dos participantes relatou que foi expulso do convívio familiar quando seus parentes declararam que ele tinha o demônio no corpo.

Ao serem questionadas/os sobre quais elementos as/os transexuais gostariam que fossem abordados em nossa pesquisa os pontos apresentados foram sobre a angústia que permeia essas vidas, a educação precária a que tem acesso, que as realidades trans possam aparecer e sensibilizar os olhares. O desejo é que esta pesquisa possa apresentar diversas expressões de sexualidades, com identidades fluídas e assim influenciar políticas públicas para que a escola se torne um espaço de igualdade, sem estereótipos ou com educadores que aprisionam as várias experiências de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretende contribuir para o questionamento das pedagogias que elegem características biológicas e sociais para serem nomeadas/significadas como marcas de uma identidade ou de outra. Há que se explicitar o conceito de que os sujeitos, em seu desenvolvimento físico/psíquico, pelas mais diversas instituições e ações sociais, se “formam” como homem e mulher em etapas não sequenciais, contínuas ou iguais e que não são concluídas, mas se transformam ao longo da vida.

Os dados iniciais demonstram que há muitas questões ainda para serem trabalhadas sobre os sujeitos que vivenciaram sexualidades diversas desde a infância e como a escola se posicionou e tem se posicionado em relação à essas vivências. Pretendemos ainda, colaborar com a discussão sobre as políticas de formação de professores (as) e o campo da Pedagogia, visando aprofundar o conhecimento sobre as práticas pedagógicas que funcionam como verdades e modelam as subjetividades e formas de entender e atuar no mundo.

REFERÊNCIAS

ARÁN, Márcia. A Transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. *Ágora*, Vitória, v.9, n.1, 2006. p.49-63.

ARÁN, Márcia. Transexualismo e cirurgia de transgenitalização: Biopoder / Biopotência. *SérieAnis* 39, Brasília, LetrasLivres, 1-4, abril, 2005.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Vivências Trans: desafios, dissidências e conformações. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(2): 256, maio-agosto/2012. Disponível em: <<<http://www.scielo.br/pdf/ref/v20n2/v20n2a09.pdf>>>. Acesso em set de 2013.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

(83)3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

CAETANO, Marcio; LIMA, Carlos Henrique Lucas. Educação e performances: tensões e negociações na investigação dos sexos. **E-book do II Seminário Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação**. Uruguaiana/RS, 29 e 30 de outubro de 2012. Disponível em: <<

http://pibidlcn2009.files.wordpress.com/2012/12/ebook_seminario_corpos_generos_sexualidades_relacoes_unipampa.pdf>>. Acesso em set de 2013.

LARROSA, Jorge. Notas sobre Narrativa e Identidade. In: ABRAHÃO, M. H. M. B. (org.) **A Aventura (Auto) Biográfica: teoria e empiria**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

LOBATO, Maria Inês et al. Transexualismo: uma revisão. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**. Vol 50 (11-12), p. 379-388, 2001.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

PINO, Nádia. A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos desfeitos. **Cadernos Pagu**, n. 28, p 149-174, jan.\jun. 2007.

REIDEL, Marina (Mário). Relato de Experiência. In: SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos, RIBEIRO, Paula Regina Costa (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: instâncias e práticas de produção nas políticas da própria vida**. Rio Grande: FURG, 2011.

(83)3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br